



1º Simulado Especial

Área de Controle

Pré-edital

Simulado

1º Simulado Especial Área de Controle

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Área de Controle**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/TgVTDpUaKZK6zPYj9>

01 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)	65 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)	66 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)	67 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)	68 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)	69 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)	70 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)	71 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)	72 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)	73 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)	74 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)	75 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)	76 - (A B C D E)
13 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	61 - (A B C D E)	77 - (A B C D E)
14 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	62 - (A B C D E)	78 - (A B C D E)
15 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	63 - (A B C D E)	79 - (A B C D E)
16 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	64 - (A B C D E)	80 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/YWuS>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**PORTUGUÊS***Patrícia Manzato***Texto 01**

A tecnologia digital transformou radicalmente os modos de comunicação humana. Se, antes, a escrita e a oralidade eram instrumentos distintos e relativamente estáveis, hoje testemunhamos formas híbridas que desafiam classificações tradicionais. Nesse cenário, conceitos como formalidade, objetividade e coesão textual são continuamente ressignificados.

1. Com base no Texto 01, é correto afirmar que:

- a) A escrita e a oralidade perderam completamente suas características originais.
- b) As formas de comunicação digital mantêm os mesmos parâmetros da escrita formal.
- c) A tecnologia digital inviabilizou o uso da linguagem objetiva e coesa.
- d) As classificações tradicionais da linguagem são questionadas pelas novas formas digitais.
- e) A comunicação digital eliminou a necessidade de formalidade.

2. A coerência do Texto 01 é construída principalmente por meio:

- a) Da repetição vocabular que reforça a argumentação.
- b) Da progressão temática que apresenta causa e consequência.
- c) Do uso de modalizadores que expressam certeza absoluta.
- d) Da enumeração de exemplos que esclarecem os conceitos.
- e) Da justaposição de sentenças independentes.

3. Assinale o conectivo que poderia substituir “Se, antes,...” no primeiro período, mantendo o sentido, a coesão textual e a correção gramatical:

- a) Embora
- b) Portanto
- c) Ainda que
- d) Caso
- e) Ao passo que

4. Na frase “formas híbridas que desafiam classificações tradicionais”, o adjetivo “tradicionais” indica:

- a) Um julgamento de valor sobre as classificações.
- b) Uma oposição entre o antigo e o novo.
- c) A origem regional das classificações.
- d) O caráter científico das classificações.
- e) A formalidade das classificações.

5. No contexto da frase “conceitos como formalidade, objetividade e coesão textual são continuamente ressignificados”, o termo “ressignificados” implica:

- a) Abandono completo dos conceitos anteriores.
- b) Negação da importância da linguagem formal.
- c) Reinterpretação dos conceitos em novos contextos.
- d) Substituição por termos técnicos mais precisos.
- e) Redução do uso desses conceitos nos meios digitais.

6. Assinale a alternativa que justifica o uso da vírgula na frase: “Se, antes, a escrita e a oralidade eram instrumentos distintos [...]”:

- a) Separação de oração subordinada adverbial de condição.
- b) Ênfase a uma oração subordinada invertida.
- c) Isolamento de expressão explicativa intercalada.
- d) Enumeração de orações coordenadas assindéticas.
- e) Isolamento de oração subordinada adverbial de tempo intercalada.

7. Assinale a alternativa que apresenta erro de concordância verbal:

- a) Fazem anos que não nos vemos.
- b) Havia muitos convidados na recepção.
- c) Devem existir razões para essa escolha.
- d) É preciso cautela nessas situações.
- e) Houve problemas durante a reunião.

8. Assinale a alternativa que não fere as normas morfossintáticas:

- a) Estava meio confusas as informações.
- b) Eram necessário cautela e atenção.
- c) Estava anexa as fotografias.
- d) Estavam quites os jogadores com o clube.
- e) Segue anexo os documentos solicitados.

9. Na oração "...testemunhamos formas híbridas que desafiam classificações tradicionais", o pronome relativo "que" exerce função:

- a) Anafórica para "classificações tradicionais".
- b) Anafórica para "formas híbridas", com função de sujeito da oração subordinada.
- c) Pronome demonstrativo que retoma "modos de comunicação".
- d) Pronome indefinido com valor partitivo.
- e) Expletivo, sem função sintática definida.

10. Na expressão "continuamente ressignificados", o advérbio "continuamente" denota:

- a) Frequência indefinida.
- b) Modo com que ocorre a ressignificação.
- c) Tempo no sentido de interrupção.
- d) Intensidade de forma abrupta.
- e) Tempo no sentido de permanência e repetição.

Texto 02

Vivemos na era da aceleração: tudo se transforma antes que se possa compreender o que mudou. A obsolescência não atinge apenas tecnologias, mas também discursos, identidades e valores. Nessa realidade líquida, em que as certezas se dissolvem com a mesma rapidez com que surgem, os indivíduos buscam ancoragens em narrativas simplificadas. Da complexidade escapa-se pela via do reducionismo: soluções fáceis para dilemas que exigem reflexão. O perigo reside justamente aí — na substituição do pensamento pelo slogan, da dúvida pelo dogma.

11. A partir do Texto 02, é correto afirmar que o autor:

- a) Defende a necessidade de simplificar a linguagem diante da rapidez da vida contemporânea.
- b) Critica o ritmo acelerado da vida moderna por impedir a reflexão profunda.
- c) Valoriza a adaptação constante como forma de sobrevivência na sociedade líquida.
- d) Reconhece que o dogmatismo pode ser necessário em contextos de crise.
- e) Aponta a obsolescência como um fenômeno exclusivo das tecnologias.

12. O trecho "substituição do pensamento pelo slogan, da dúvida pelo dogma" revela:

- a) Um elogio ao pragmatismo discursivo na era da informação.
- b) Uma crítica à tecnocracia e à linguagem política institucional.
- c) A oposição entre reflexão autônoma e adesão acrítica a verdades prontas.
- d) A ironia sobre o modo como a linguagem publicitária domina o cotidiano.
- e) Um apelo à adoção de posicionamentos firmes e objetivos.

MATEMÁTICA FINANCEIRA*Eduardo Mocellin*

13. Pedro e José aplicaram, cada um, R\$ 160.000,00 por 90 dias, recebendo ao final do período os valores aplicados e os respectivos rendimentos líquidos. A aplicação de Pedro rendeu juros simples de 5,5% ao mês, sendo os rendimentos tributados em 25%. A aplicação de José rendeu juros compostos, capitalizados mensalmente, de 5% ao mês, sendo os rendimentos tributados em 20%. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que:

- a) José tem, ao final do período, R\$ 376,00 a mais do que Pedro.
- b) José tem, ao final do período, R\$ 600,00 a mais do que Pedro.
- c) Pedro tem, ao final do período, R\$ 600,00 a mais do que José.
- d) José pagou R\$ 1.556,00 em impostos a mais do que Pedro.
- e) Pedro pagou R\$ 1.800,00 em impostos a mais do que José.

14. Um produto cujo valor à vista é V será comprado em 4 parcelas mensais consecutivas, com a primeira parcela p paga 1 mês após a compra. Após a primeira parcela, a parcela seguinte sempre corresponde à metade da parcela paga no mês imediatamente anterior.

Considerando-se que i é a taxa de juros usada pelo vendedor para calcular as parcelas e que $x = 1 + i$, a equação fornece a taxa de juros i considerada é:

- a) $\frac{V}{p}x^4 + 2x^3 + 4x^2 + 8x + 8 = 0$
- b) $\frac{V}{p}x^4 - 2x^3 - 4x^2 - 8x - 8 = 0$
- c) $8\frac{V}{p}x^4 + 8x^3 + 4x^2 + 2x + 1 = 0$
- d) $8\frac{V}{p}x^4 - 8x^3 - 4x^2 - 2x - 1 = 0$
- e) $\frac{V}{p}x^4 + 2x^3 + 4x^2 + 8x + 1 = 0$

15. José deseja comprar uma moto cujo preço à vista é de R\$ 10.000,00. Como ele não dispõe do valor total à vista, ele propôs à concessionária pagar a moto em seis prestações mensais de mesmo valor com juros compostos de 2,5% a.m., sendo a primeira prestação paga no ato da compra. De acordo com a sua proposta, o valor aproximado da prestação que Ademir deve pagar mensalmente é de:

Dado: $1,025^6 = 1,16$

- a) R\$ 1.880,33
- b) R\$ 1.812,50
- c) R\$ 1.768,29
- d) R\$ 1.745,25
- e) R\$ 1.615,72

16. João aplicou R\$ 10.000,00 em um investimento que rende 5% ao semestre em regime de juros compostos. Sabendo-se que esse capital será resgatado após um ano e que será descontado 10% de imposto sobre os juros obtidos, a taxa efetiva de juros no período da aplicação foi de, aproximadamente:

- a) 9,2%
- b) 9,4%
- c) 9,5%
- d) 9,6%
- e) 9,8%

17. Considere um financiamento no valor de R\$ 12.000,00 contratado no Sistema de Amortização Constante (SAC). O financiamento será pago mensalmente ao longo de 10 anos, iniciando-se os pagamentos um mês após a contratação. Considerando-se a taxa de juros de 1% ao mês, o valor da terceira prestação será:

- a) R\$ 214,00
- b) R\$ 215,00
- c) R\$ 216,00
- d) R\$ 217,00
- e) R\$ 218,00

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

18. Na montanhosa região de Assak, uma população encontra-se dividida em três estratos, com tamanhos, $N_1 = 256$, $N_2 = 384$ e $N_3 = 192$. A estatística Corujinha realiza uma amostragem estratificada proporcional, e retira 32 elementos da amostra foram retirados do primeiro estrato. Pode-se afirmar que o tamanho total da amostra é igual a:

- a) 72
- b) 96
- c) 104
- d) 128
- e) 144

19. O RH de um órgão público registrou que 40% dos servidores eram advogados. Nesse caso, se forem selecionadas 12 pessoas aleatoriamente, a probabilidade de que três delas sejam advogadas será igual a:

- a) $(0,4)^3(0,6)^9$
- b) $0,4 \times 0,2 \times 0,6$
- c) $C(12,3) (0,4)^3(0,6)^9$
- d) $(0,4)^3 + (0,6)^9$
- e) $C(12,3) [(0,4) + (0,6)^8]$

A tabela a seguir apresenta as probabilidades de, em um certo dia, no hospital CardioLogics, haver 0, 1, 2 ou 3 óbitos em um certo dia.

Número de gols	0	1	2	3
Probabilidade	0,3	0,2	0,1	?

20. A média do número de óbitos é:

- a) 1,2
- b) 1,3
- c) 1,4
- d) 1,5
- e) 1,6

21. A variância do número de óbitos é:

- a) 1,64
- b) 1,60
- c) 1,61
- d) 1,62
- e) 1,63

22. Manuel Costa, um dedicado funcionário da empresa TEKSA, participou de um experimento para saber a relação do número de bônus distribuídos (x) e a performance dos empregados (y). Manuel Costa descobriu que o coeficiente de correlação linear de Pearson das duas variáveis x e y é 0,9, enquanto que os desvios padrões das variáveis x e y são, respectivamente, 2 e 3.

A variância da diferença entre as variáveis x e y está entre:

- a) 1 e 2
- b) 2 e 3
- c) 3 e 4
- d) 4 e 5
- e) 5 e 6

RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

23. Cinco auditores do TCU, Arnaldo, Bernaldo, Cernaldo, Dernaldo e Ernaldo, foram a uma peça de teatro e se sentaram em cinco poltronas consecutivas numeradas de 1 a 5, da esquerda para a direita. Antes de a peça começar, Arnaldo foi comprar pipoca e, ao voltar, Bernaldo tinha avançado três poltronas para a direita e Cernaldo, Dernaldo e Ernaldo tinham avançado, cada um, uma poltrona para a esquerda. A poltrona vazia que sobrou para Arnaldo foi a poltrona de número 1. Antes de sair para comprar pipoca, Arnaldo estava sentado na poltrona de número:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

24. Três advogados receberam um total de R\$ 92.000,00 em honorários. Os advogados repartiram o total de honorários em partes inversamente proporcionais ao número de erros cometidos no processo. Um advogado recebeu R\$ 36.000,00 e outro R\$ 24.000,00. Se o advogado que cometeu 12 erros foi o que mais cometeu erros, o total de erros que os três advogados cometeram no processo em questão é

- a) 21
- b) 23
- c) 25
- d) 27
- e) 29

25. Considere uma sequência de infinitos termos, com termo geral a_n , em que:

$$\begin{cases} a_1 = 1 \\ a_2 = -1 \\ a_n = a_{n-1} \times a_{n-2}; \text{ para } n > 2 \end{cases}$$

A soma dos primeiros 2025 termos dessa sequência é igual a:

- a) -675
- b) -677
- c) -1
- d) -2023
- e) -2025

26. Considere verdadeira a seguinte afirmação: "Todos os concurreseiros não são preguiçosos".

Observe, a seguir, três conclusões da afirmação dada:

1. Se Felício não é concurreseiro, então é preguiçoso.
2. Se Felício não é preguiçoso, então é concurreseiro.
3. Se Felício é preguiçoso, então não é concurreseiro.

Denotando por V uma conclusão verdadeira e por F uma conclusão falsa, para as três conclusões dadas, temos, respectivamente,

- a) V, V, V.
- b) F, V, V.
- c) F, F, V.
- d) V, V, F.
- e) V, F, F.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

27. Mévio, estudante de direito, questionou o seu professor acerca da classificação, quanto à eficácia e à aplicabilidade, da norma que se extrai do disposto no art. 39, caput, da Constituição da República de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998, preceito que foi considerado inconstitucional, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de cognição sumária. Eis o teor do preceito: “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes”. O professor respondeu corretamente que estamos perante norma de eficácia.

- a) relativa e aplicabilidade integrativa.
- b) limitada e de princípio programático.
- c) contida e aplicabilidade imediata.
- d) plena e aplicabilidade imediata.
- e) limitada e de princípio institutivo.

28. Um renomado jornalista foi processado criminalmente por um influente político após a publicação de uma série de reportagens investigativas que expunham detalhadamente esquemas de corrupção envolvendo contratos públicos e desvio de verbas. Em sua defesa, o jornalista alegou que a publicação das informações estava integralmente amparada pela liberdade de imprensa, direito esse garantido pela Constituição Federal, essencial para o controle social e a transparência na administração pública.

No julgamento do caso, o Supremo Tribunal Federal (STF) enfrentou o desafio de ponderar a aplicação do artigo 5º da CF, em especial os incisos que tratam da liberdade de expressão e da inviolabilidade da honra e imagem, com a necessidade de proteger os direitos de personalidade do político, sem, contudo, restringir indevidamente a função da imprensa na

manutenção de uma sociedade democrática informada.

Considerando esse contexto, analise as afirmativas a seguir sobre os direitos individuais previstos na Constituição Federal e escolha a correta:

- a) A liberdade de imprensa, por ser um direito fundamental essencial para a democracia, deve ser exercida sem quaisquer limitações, sendo vedada qualquer forma de censura prévia ou posterior.
- b) O direito à liberdade de expressão, amparado pela Constituição Federal, garante ao jornalista total imunidade contra quaisquer processos judiciais, independentemente do conteúdo da publicação, mesmo que este contenha informações comprovadamente falsas ou difamatórias, desde que o jornalista acredite na veracidade dos fatos.
- c) O STF já consolidou o entendimento de que a liberdade de imprensa não é um direito absoluto e ilimitado, podendo e devendo ser ponderada com outros direitos fundamentais igualmente protegidos pela Constituição, como a honra, a imagem e a privacidade das pessoas, especialmente quando houver conflito entre eles.
- d) O artigo 5º da CF estabelece expressamente que é garantido o anonimato como forma de proteção à liberdade de expressão, assegurando aos jornalistas, em situações de denúncia e investigações de crimes, o direito de não revelar suas fontes e de publicar informações sem identificação, visando garantir a segurança e a integridade física dos informantes.
- e) O direito de resposta, que deve ser proporcional ao agravo, é exclusivo para casos comprovados de calúnia e difamação, não se aplicando a outras situações em que haja erro de informação ou divulgação de notícias falsas que causem dano à imagem de alguém.

29. Durante uma sessão do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, composto por 180 desembargadores em efetivo exercício, surgiu um debate acerca do processo de escolha dos órgãos diretivos do tribunal. Alguns membros defendiam que a eleição poderia ser realizada por um colégio restrito de desembargadores mais antigos, enquanto outros sustentavam que todos os membros do tribunal pleno deveriam participar da votação, de forma direta e secreta. Além disso, discutiu-se a possibilidade de recondução sucessiva dos eleitos para os cargos diretivos.

Considerando as normas constitucionais sobre a autonomia administrativa dos tribunais e o disposto no art. 96 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A eleição dos órgãos diretivos do Tribunal de Justiça deve ser realizada apenas entre os desembargadores mais antigos, por voto aberto e maioria simples.
- b) O tribunal tem autonomia para elaborar seu regimento interno, podendo nele prever a recondução ilimitada dos seus dirigentes, desde que aprovada por dois terços dos membros.
- c) Nos Tribunais de Justiça compostos por mais de 170 desembargadores, a eleição para os cargos diretivos deve ser realizada entre todos os membros do tribunal pleno, por maioria absoluta e voto direto e secreto, sendo vedada mais de uma recondução sucessiva.
- d) A Constituição Federal não estabelece regras específicas para a eleição dos órgãos diretivos dos tribunais, cabendo exclusivamente ao regimento interno disciplinar a matéria.
- e) A autonomia administrativa dos tribunais permite que a eleição de seus órgãos diretivos seja realizada por indicação do chefe do Poder Executivo estadual, desde que haja previsão em lei estadual.

30. Durante uma crise institucional, o Presidente da República decretou estado de defesa em determinada região do país e, posteriormente, solicitou autorização para o estado de sítio. Paralelamente, diante de uma catástrofe de grandes proporções, discutiu-se a necessidade de decretação de estado de calamidade pública de âmbito nacional. Diante desse cenário, a assessoria jurídica do Congresso Nacional foi consultada sobre as competências constitucionais relativas à apreciação, autorização e suspensão dessas medidas.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta quanto às competências do Congresso Nacional nessas situações:

- a) Compete ao Congresso Nacional aprovar ou suspender o estado de defesa, autorizar o estado de sítio e decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional, todas por meio de lei ordinária.
- b) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar o estado de defesa e autorizar o estado de sítio, enquanto a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional é de competência exclusiva da Câmara dos Deputados.
- c) Compete ao Congresso Nacional aprovar o estado de defesa, autorizar e suspender o estado de sítio, e decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional, sendo essas competências exercidas sem necessidade de sanção presidencial.
- d) Compete ao Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e o estado de sítio, mas a suspensão dessas medidas é competência exclusiva do Presidente da República.
- e) Compete privativamente à Câmara dos Deputados aprovar o estado de defesa, autorizar o estado de sítio e decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional, cabendo ao Senado Federal apenas a suspensão dessas medidas.

31. Um Estado da Federação editou uma lei que institui um sistema de cotas para preenchimento de vagas em sua universidade estadual, reservando parte das vagas exclusivamente para candidatos que tenham cursado o ensino médio em escolas localizadas no território do referido ente federativo. A justificativa apresentada para a medida foi a correção de desigualdades socioeconômicas regionais.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- a) A medida é válida, pois o ente federativo possui autonomia para legislar sobre educação e adotar políticas públicas que promovam a redução de desigualdades regionais.
- b) A medida é inconstitucional, pois viola o princípio da igualdade e o disposto no art. 19, III, da Constituição Federal, ao criar discriminação regional infundada.
- c) A medida é válida, desde que as vagas reservadas sejam destinadas exclusivamente a alunos egressos de escolas públicas.
- d) A medida é inconstitucional, pois a reserva de vagas em universidades públicas é de competência exclusiva da União, sendo vedada aos Estados.
- e) A medida é válida, pois atende ao objetivo fundamental da República de erradicar as desigualdades sociais e regionais, conforme previsto no art. 3º, III, da Constituição Federal.

32. O Presidente da República editou quatro medidas provisórias (MPs), cada qual com o seguinte objeto:

- (1ª MP) autorizou que os Estados e o Distrito Federal legislassem sobre desapropriação em seu território;
- (2ª MP) alterou a alíquota de certo imposto de competência da União;
- (3ª MP) abriu créditos extraordinários ao orçamento da União, com o objetivo de atender a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de comoção interna; e
- (4ª MP) alterou as regras do processo disciplinar dos servidores públicos civis da União.

O Partido Político Alfa, insatisfeito com a edição das medidas provisórias, consultou o seu advogado a respeito da compatibilidade formal desses diplomas normativos com a ordem constitucional, considerando o objeto de cada qual. O advogado, abstendo-se de considerações em torno de sua relevância e urgência, respondeu corretamente que, sob a ótica formal,

- a) apenas a 2ª, a 3ª e a 4ª medidas provisórias são constitucionais.
- b) apenas a 1ª e a 4ª medidas provisórias são constitucionais.
- c) apenas a 2ª e a 3ª medidas provisórias são constitucionais.
- d) todas as medidas provisórias são constitucionais.
- e) apenas a 2ª medida provisória é constitucional.

33. Durante fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em determinado órgão federal, foram identificadas graves irregularidades em um ato administrativo que autorizou a celebração de contrato para prestação de serviços de tecnologia da informação. O TCU, após notificar o órgão para adoção das providências necessárias ao exato cumprimento da lei, constatou que as irregularidades persistiram. Diante disso, o TCU decidiu sustar a execução do ato administrativo e comunicou sua decisão ao Congresso Nacional. No entanto, quanto ao contrato já firmado, o TCU encaminhou relatório detalhado ao Congresso Nacional, solicitando providências.

Considerando o disposto no artigo 71 da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O TCU pode sustar, de forma autônoma e definitiva, tanto o ato administrativo quanto o contrato celebrado, sem necessidade de comunicação ao Congresso Nacional.
- b) O TCU pode sustar a execução do ato administrativo impugnado, mas, em relação ao contrato, a sustação deve ser realizada diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) O TCU, ao identificar irregularidades, deve apenas recomendar ao órgão a correção dos atos, não podendo adotar medidas de sustação.
- d) O TCU pode sustar diretamente o contrato, mas, caso o Congresso Nacional não adote providências em noventa dias, o ato de sustação será automaticamente convalidado.
- e) O TCU não tem competência para atuar em relação a contratos administrativos, cabendo-lhe apenas fiscalizar atos normativos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

34. X morava numa comunidade e, em uma terça-feira de manhã, ao sair de casa com seu cachorro para passear, foi atingida por um disparo de arma de fogo em frente à sua residência. Naquele momento, ocorria uma operação policial na região com o objetivo de combater o tráfico de drogas.

Considerando o caso apresentado sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade civil do Estado, nessa hipótese, será aplicada com base na teoria do risco integral.
- b) Cabe aos familiares de X o ônus de comprovar a existência de excludentes da responsabilidade civil.
- c) O Estado somente poderá ser responsabilizado civilmente se for comprovado que houve dolo ou culpa por parte dos policiais envolvidos.
- d) A existência de laudo pericial inconclusivo quanto à origem do disparo durante operações policiais ou militares é, por si só, elemento suficiente para afastar a responsabilidade civil do Estado.
- e) Em situações envolvendo morte ou lesão corporal durante operações de segurança pública, quando a perícia não conseguir identificar a origem do disparo fatal, o Estado responde civilmente, com fundamento na teoria do risco administrativo.

35. W, ocupante do cargo de auditor no Tribunal de Contas, durante o exercício de suas atribuições, realizou de forma equivocada a análise do pedido de aposentadoria apresentado por Z, servidora pública vinculada a um órgão jurisdicionado.

Em decorrência desse equívoco, o corpo deliberativo da Corte de Contas indeferiu o pedido, o que resultou no retorno de Z ao exercício de suas funções, mesmo após o cumprimento integral do tempo necessário para a aposentadoria.

Diante do indeferimento, Z, considerando-se prejudicada, ingressou com ação judicial diretamente contra W, buscando a reparação por danos morais e materiais em virtude da análise equivocada realizada pelo auditor.

Nesse cenário, considerando a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) W poderá ser acionado diretamente, sendo sua responsabilidade de natureza objetiva.
- b) W não poderá ser acionado diretamente, mas apenas em ação de regresso, sendo sua responsabilidade de natureza subjetiva.
- c) W não poderá ser acionado diretamente, mas apenas em ação de regresso, sendo sua responsabilidade de natureza objetiva.
- d) W poderá ser acionado diretamente, sendo sua responsabilidade de natureza subjetiva.
- e) W poderá ser acionado conjuntamente com o órgão público ao qual está vinculado, sendo sua responsabilidade de natureza objetiva.

36. M, estudante de direito, ao buscar responder a uma indagação formulada pelo seu professor, precisou apontar um exemplo que representasse uma manifestação do controle interno no âmbito da Administração Pública.

Diante desse contexto, uma resposta adequada que poderia ser apresentada por M é:

- a) a medida de sustação de contratos administrativos adotada diretamente pela Casa Legislativa após manifestação da Corte de Contas correspondente.

b) a concessão de ordem judicial em mandado de segurança impetrado por indivíduo que teve seu direito líquido e certo violado.

c) o controle de natureza contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, com o apoio dos Tribunais de Contas.

d) a invalidação de ato administrativo com vício insanável, reconhecida pelo Poder Judiciário em razão de ação proposta pelo interessado.

e) a revogação de ato administrativo que deixou de atender ao interesse público, no exercício da autotutela.

37. T é diretor do Departamento de Licitações de uma autarquia estadual. Durante o processo de contratação de serviços de manutenção predial, ele assinou diretamente um contrato com uma empresa da qual é amigo pessoal do proprietário, sem realizar procedimento licitatório, sob o argumento de urgência na prestação do serviço. No entanto, não havia nenhuma situação emergencial que justificasse a dispensa de licitação nos termos previstos em lei.

Nesse caso, o ato praticado por T apresenta vício de legalidade, pois descumpre as normas da Lei nº 14.133/2021, ao não seguir o devido procedimento legal exigido para contratações públicas.

Diante dessa situação, o ato deve ser:

- a) revogado pela Administração, com efeitos prospectivos, ou seja, a revogação passa a valer a partir da data de sua publicação.
- b) convalidado pela Administração, caso o defeito seja passível de correção, gerando efeitos somente para o futuro, a partir da data de publicação do ato de convalidação.
- c) revogado pela Administração, com efeitos retroativos à data em que foi originalmente publicado.
- d) anulado pela Administração, com efeitos ex tunc, ou seja, retroativos à data de sua publicação.
- e) anulado pela Administração, com efeitos válidos apenas para o futuro, a partir da data de publicação do ato de anulação.

38. Os atos administrativos possuem atributos que os diferenciam daqueles praticados por particulares. Quando revestidos do atributo da autoexecutoriedade:

- a) não podem ser submetidos ao controle do Poder Judiciário, uma vez que sua execução é realizada diretamente pela Administração pública.
- b) estão sujeitos à análise judicial quanto à legalidade e ao mérito, considerando que se trata de uma medida excepcional na qual a Administração adota providências concretas para garantir a efetivação de suas decisões, ainda que sem previsão legal específica.
- c) necessitam apenas de validação pelo Judiciário para que possam ser implementados diretamente pela Administração.
- d) permitem apenas controle judicial posterior à sua execução pela Administração pública, abrangendo todos os aspectos do ato administrativo.
- e) garantem à Administração a faculdade de concretizar suas próprias determinações por meio direto, cabendo ao Poder Judiciário a verificação da conformidade legal do ato.

39. Conforme a Lei nº 14.133/2021, após a assinatura do contrato, o órgão público contratante deve providenciar a publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas:

- a) como uma alternativa à publicação em seu site oficial.
- b) como condição para a validade do contrato, no prazo de 5 dias após sua assinatura.
- c) como requisito para a eficácia do contrato.
- d) no prazo de 5 dias úteis, contados a partir da homologação do contrato.
- e) no prazo de 5 dias, sob risco de anulação da licitação realizada.

40. J, no exercício de suas funções como servidor público, ao ser incumbido de elaborar um relatório sobre a contratação de material de escritório, percebeu que a Administração havia realizado uma combinação entre modalidades de licitação, com base no argumento de maior eficiência na disputa, utilizando o pregão e a concorrência.

Essa combinação é considerada:

- a) Legal, pois a eficiência do certame é um requisito que justifica a combinação.
 - b) Illegal, uma vez que a combinação de modalidades só é permitida quando uma delas se refere a concurso.
 - c) Legal, pois não houve criação de uma modalidade, o que seria proibido por lei, mas sim uma combinação expressamente permitida.
 - d) Illegal, pois existe uma vedação expressa na Lei nº 14.133/2021 quanto a essa prática.
 - e) Illegal, pois as modalidades são incompatíveis entre si, sendo que a combinação seria possível apenas entre o pregão e o diálogo competitivo.
-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Leandro Ravyelle*

41. Sobre o orçamento público, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Sob o aspecto jurídico, o orçamento é uma lei em sentido formal, elaborada pelo Poder Executivo e aprovada pelo Poder Legislativo, que autoriza a realização de despesas e a arrecadação de receitas pelo Estado.
- b) Sob o aspecto econômico, o orçamento público reflete as decisões de alocação de recursos e pode ser utilizado como instrumento de política fiscal, influenciando o nível de emprego, renda e produção.
- c) A Constituição Federal prevê que a Lei Orçamentária Anual deve conter apenas o orçamento fiscal e da seguridade social, sendo o orçamento de investimento das estatais tratado em norma infraconstitucional.
- d) Sob o aspecto contábil, o orçamento público serve como base para registro, controle e análise da execução orçamentária e financeira, utilizando-se de classificação por natureza da receita e da despesa.
- e) No plano administrativo, o orçamento é um plano de trabalho do governo, com metas, programas e objetivos definidos para um determinado exercício financeiro, orientando a ação estatal.

42. Durante o processo de fiscalização orçamentária no município em que atua, um servidor do Tribunal de Contas identificou que não constavam, na proposta orçamentária enviada pelo Executivo local, receitas provenientes de alienação de bens públicos, tampouco despesas relacionadas ao pagamento de precatórios judiciais, sob o argumento de que tais itens seriam objeto de leis específicas. Diante do exposto, conclui-se que o projeto orçamentário viola o princípio orçamentário da:

- a) exclusividade, uma vez que foram incluídas normas estranhas ao orçamento, como o pagamento de precatórios.
- b) anualidade, pois as receitas e despesas relativas aos precatórios devem constar em lei específica de execução plurianual.
- c) universalidade, pois todas as receitas e despesas devem constar na lei orçamentária, independentemente de sua origem ou natureza.
- d) especificação, pois as despesas com precatórios devem ser detalhadas por unidade orçamentária e elemento de despesa.
- e) legalidade, pois somente a lei autorizativa da alienação de bens é que pode prever sua inclusão no orçamento.

43. O Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 de determinado ente federativo apresenta, entre os seus programas temáticos, o “Programa 0420 – Educação Inovadora”, sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, com o objetivo de modernizar as práticas pedagógicas, promover a equidade educacional e fomentar a formação continuada de professores.

No entanto, durante a análise técnica da proposta do PPA enviada à Assembleia Legislativa, os consultores identificaram que a descrição do programa, embora abordasse metas, objetivos e ações estratégicas, não incluía os dados de abrangência territorial e de públicos-alvo previstos no planejamento plurianual.

De acordo com os princípios de planejamento e com as diretrizes legais da elaboração do PPA previstas na Constituição Federal e ordenamento jurídico, a omissão identificada compromete:

- a) a identificação das fontes de financiamento específicas por categoria econômica;
- b) a articulação entre o PPA e as leis orçamentárias anuais e créditos adicionais;
- c) a regionalização das ações e a compatibilidade com o planejamento territorial;
- d) a definição do indicador de resultado e impacto fiscal do programa;
- e) a transparência na apuração dos restos a pagar não processados.

44. A respeito da classificação das receitas públicas no âmbito de um município, assinale a alternativa que não compõe receita orçamentária municipal, segundo as normas do direito financeiro e da contabilidade pública brasileira:

- a) Receita proveniente da cobrança de taxas de fiscalização de funcionamento de estabelecimentos comerciais.
- b) Receita recebida do Governo Federal a título de transferência voluntária para investimento em saúde.

- c) Receita obtida com alienação de bens móveis inservíveis da administração pública.
- d) Receita oriunda de empréstimo contraído junto a instituição financeira pública, para financiar obras de infraestrutura.
- e) Superávit financeiro apurado em exercício anterior.

45. A fonte/destinação de recursos (FR), prevista no Manual Técnico do Orçamento e no MCASP, é um código utilizado para identificar a origem e a destinação legal dos recursos orçamentários. A respeito da utilização das fontes de recursos na execução orçamentária e financeira, assinale a alternativa correta:

- a) A classificação por fonte de recursos integra a categoria econômica da receita pública, com o objetivo de identificar a natureza jurídica do ingresso.
- b) A fonte de recursos não pode indicar receitas de convênios, pois essas não compõem o orçamento público.
- c) O código de fonte de recursos permite o controle da destinação de recursos vinculados, inclusive aqueles oriundos de operações de crédito, convênios e emendas parlamentares.
- d) A Lei nº 4.320/64 proíbe expressamente a vinculação de receitas públicas a fundos ou despesas específicas, salvo autorização em lei complementar federal.
- e) A fonte de recursos é utilizada apenas na execução da receita, não tendo relação com a execução da despesa.

46. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, bem como os manuais oficiais e a doutrina orçamentária vigente, integram obrigatoriamente o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União:

I. *avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior, demonstrando a análise das causas dos desvios ocorridos;*

II. *quadro demonstrativo do cálculo da meta do resultado primário de que trata o § 1º deste artigo, que evidencie os principais agregados de receitas e despesas, os resultados, comparando-os com os valores programados para o exercício em curso e os realizados nos 2 (dois) exercícios anteriores, e as estimativas para o exercício a que se refere a lei de diretrizes orçamentárias e para os subsequentes.;*

III. *o efeito esperado e a compatibilidade, no período de 10 (dez) anos, do cumprimento das metas de resultado primário sobre a trajetória de convergência da dívida pública, evidenciando o nível de resultados fiscais consistentes com a estabilização da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB);*

IV. *os intervalos de tolerância para verificação do cumprimento das metas anuais de resultado primário, convertido em valores correntes, de menos 0,5%. e de mais 0,5% do PIB previsto no respectivo projeto de lei de diretrizes orçamentárias.;*

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) I e III, apenas.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

47. Controle de resultados, flexibilização e horizontalização de estruturas são características do modelo de administração pública chamado

- a) Patrimonialista
- b) Gerencial
- c) Burocrático
- d) Absolutista
- e) Monárquico

48. João das Neves acaba de ser eleito para o cargo de Prefeito do Município X. Mário Bros, seu amigo de infância, disse a João das Neves que, enquanto gestor público, João deve prestar contas de suas ações e se responsabilizar por essas ações. Mário Bros está se referindo ao conceito de

- a) cidadania.
- b) governabilidade.
- c) governo eletrônico.
- d) inovação.
- e) accountability.

49. As Controladorias-Gerais e os Tribunais de Contas exercem a chamada

- a) *accountability* vertical.
- b) *accountability* societal.
- c) *accountability* horizontal.
- d) *accountability* social.
- e) *accountability* integrada.

50. A política de Governo Eletrônico, no Brasil, segue um conjunto de diretrizes que atuam em 03 frentes fundamentais. São elas:

I - Junto ao cidadão.

II – Junto às instituições privadas.

III - Na melhoria da própria gestão interna do Estado.

IV – Na melhoria das estruturas de parceiros e fornecedores.

V - Na integração com parceiros e fornecedores.

Está correto o que se afirma em:

a) I, III e IV, apenas.

b) I, II e V, apenas.

c) I, II e III, apenas.

d) II, III e V, apenas.

e) I, III e V apenas.

51. O fragmento a seguir foi extraído do site do Tribunal de Contas da União (TCU).

“Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável.”

Esse fragmento representa

a) o planejamento do TCU.

b) a missão do TCU.

c) os valores do TCU.

d) as metas do TCU.

e) a visão do TCU.

52. O Tribunal de Contas do Estado X recomendou à determinada Entidade jurisdicionada que adotasse medidas para aumentar a eficiência de seus processos, verificar a percepção da qualidade dos serviços públicos prestados aos usuários, melhorar seu controle financeiro e avaliar o nível de capacitação de seus servidores.

Para atender a essas recomendações apresentadas pelo Tribunal de Contas do Estado X, uma ferramenta adequada seria:

a) Análise SWOT

b) Balanced Scorecard

c) Matriz BCG

d) Matriz GUT

e) Matriz Ansoff

ANÁLISE DE DADOS

Emannuelle Gouveia

53. Das letras abaixo marque aquela que não representa uma característica de um banco orientado a Chave-Valor

a) Sem esquema

b) rápido tempo de resposta

c) uso de arestas

d) Escalabilidade e disponibilidade

e) Fácil de usar

54. Nos últimos anos, as empresas e organizações tem buscado mudar os seus perfis gerencias e focar em um quadro capaz de tomar decisões mas assertivas e tempestivas. A prática de basear decisões na análise de dados, e não apenas na intuição para tomada de decisões de negócio se chama:

a) Data-Driven Decision (DDD)

b) Dashboard

c) Data Mining

d) Alta Performance

e) Big Ben

55. O tipo de análise que analisa os dados para obter insights sobre o que aconteceu ou o que está acontecendo no ambiente de dados é a:

a) Prescritiva

b) Preditiva

c) Descritiva

d) Visionária

e) Diagnostica

56. Um modelo com baixo viés e baixa variância indica que:

- a) Trata-se de um modelo que possui boa precisão em suas previsões com dados de treino (overfitting), mas que varia bastante quando aplicado a novos dados.
- b) Trata-se de um modelo que possui péssima precisão em suas previsões com dados de treino (underfitting), mas que varia pouco quando aplicado a novos dados.
- c) Trata-se de um modelo que possui ótima precisão em suas previsões com dados de treino e que varia muito pouco quando aplicado a novos dados.
- d) Trata-se de um modelo que possui péssima precisão em suas previsões com dados de treino e que varia bastante quando aplicado a novos dados.
- e) Não existe esse modelo.

57. Utilizando as palavras: “subjetivo, cognitivo e experimental, pessoal e internalizado”, estamos falando do conhecimento:

- a) passageiro
- b) removível
- c) explícito
- d) tácito
- e) derivado

58. O modelo de governança de dados em que o mesmo modelo operacional e padrões de governança de dados são adotados por cada unidade de negócios é o:

- a) centralizado
- b) replicado
- c) normalizado
- d) federado
- e) distribuído

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Santanna

59. No contexto das auditorias operacionais, considere as afirmativas abaixo:

- I. A auditoria operacional tem como objetivo principal avaliar o desempenho das organizações públicas em termos de economicidade, eficiência e eficácia.
- II. O objeto da auditoria operacional pode incluir programas, atividades, projetos, operações e instituições.

III. A auditoria operacional não pode ser realizada de forma combinada com outras modalidades de auditoria.

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

60. Quanto ao papel da matriz de planejamento em auditorias governamentais, assinale a alternativa incorreta:

- a) A matriz delimita o escopo e estrutura os procedimentos da auditoria.
- b) A matriz apresenta os achados já identificados.
- c) As questões de auditoria balizam os exames e orientam a coleta de evidências.
- d) As informações necessárias para cada questão de auditoria são identificadas na matriz.
- e) As conclusões esperadas também podem constar da matriz.

61. Assinale a alternativa correta sobre o relatório de auditoria de conformidade, conforme a NBASP 400:

- a) Deve conter somente as conclusões do auditor, sem necessidade de descrição dos critérios.
- b) A descrição dos critérios utilizados é elemento essencial do relatório.
- c) O relatório é sigiloso e não deve ser compartilhado com o auditado.
- d) Os responsáveis pelo objeto auditado não são citados no relatório.
- e) O relatório não pode conter recomendações.

62. No âmbito da auditoria governamental, sobre o princípio do ceticismo profissional, é correto afirmar:

- a) O ceticismo profissional deve ser exercido somente na etapa de execução da auditoria.
- b) Significa aceitar as informações obtidas sem necessidade de confirmação.
- c) É a disposição para exercer julgamento profissional isento, questionando as evidências.
- d) Limita-se ao contexto de auditorias financeiras.
- e) Refere-se à neutralidade na escrita do relatório final.

63. Quanto à responsabilidade do auditor na prevenção de fraudes, conforme a NBASP 200, é correto afirmar:

- a) O auditor é o principal responsável por prevenir fraudes na entidade auditada.
- b) A responsabilidade por detectar fraudes recai exclusivamente sobre o controle interno.
- c) A responsabilidade primária por prevenir e detectar fraudes é da administração da entidade auditada.
- d) Ao auditor cabe emitir parecer jurídico sobre a intenção de cometer fraude.
- e) A auditoria deve se abster de examinar indícios de fraude sem denúncia formal.

64. Com relação aos tipos de auditoria no setor público, é correto afirmar:

- a) A auditoria de conformidade é restrita ao exame de contratos administrativos.
 - b) A auditoria de conformidade foca na performance de atividades e sistemas.
 - c) A auditoria de regularidade compreende exclusivamente inspeções in loco.
 - d) A auditoria financeira foca no exame da legalidade e legitimidade dos atos de gestão.
 - e) A auditoria operacional avalia o desempenho de programas e instituições.
-

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO*Gilmar Possati*

65. O Município Audazes dos Pampas, em decorrência de atividades passadas de um aterro sanitário desativado, enfrenta a possibilidade de ter que arcar com custos significativos para a remediação ambiental do local. Embora ainda não haja uma ordem judicial ou legislação específica impondo a remediação, estudos técnicos indicam que a contaminação do solo e da água subterrânea é provável e que, com base em práticas passadas e políticas ambientais publicadas pelo próprio município, há uma expectativa válida por parte da comunidade e órgãos reguladores de que o município assumirá essa responsabilidade. A estimativa dos custos de remediação, embora sujeita a incertezas, pode ser realizada dentro de um intervalo razoável. Diante dessa situação, e considerando as exigências da NBC TSP 03 para o reconhecimento de provisões, assinale a opção que indica o procedimento correto a ser seguido pelo Município Audazes dos Pampas:

- a) reconhecer uma provisão integral para os custos estimados de remediação, pois a expectativa da comunidade e as políticas publicadas criam uma obrigação legal.
- b) não deve reconhecer uma provisão, pois a ausência de ordem judicial ou legislação específica impede a caracterização de uma obrigação presente.
- c) deve reconhecer uma provisão para os custos estimados de remediação, uma vez que existe uma obrigação não formalizada decorrente de um evento passado, a saída de recursos é provável e a estimativa é confiável.
- d) deve apenas divulgar a situação em notas explicativas como um passivo contingente, já que a obrigação não é legalmente vinculada e o valor é incerto.
- e) deve reconhecer um ativo contingente equivalente aos custos de remediação, pois a ação futura de remediação gerará benefícios ambientais para a comunidade.

66. O Município Audazes dos Pampas recebeu, em 15 de maio de 2025, uma doação significativa de vacinas contra a gripe, provenientes de um programa de saúde internacional, para distribuição gratuita à população. No mesmo dia, o município adquiriu, por meio de processo licitatório regular, um lote de materiais de escritório para uso interno nas diversas secretarias. Considerando as diferentes formas de aquisição e o propósito de manutenção desses itens, assinale a opção que indica corretamente como o Município Audazes dos Pampas deve mensurar inicialmente o custo desses estoques, de acordo com a NBC TSP 04:

- a) Tanto as vacinas quanto os materiais de escritório devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido.
- b) As vacinas devem ser mensuradas pelo seu valor justo na data do recebimento, enquanto os materiais de escritório devem ser mensurados pelo custo de aquisição.
- c) As vacinas devem ser mensuradas pelo custo corrente de reposição, e os materiais de escritório pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.
- d) Ambos os tipos de estoque devem ser mensurados pelo custo de aquisição, pois representam a entrada de ativos no patrimônio municipal.
- e) As vacinas devem ser mensuradas pelo valor nominal de face, e os materiais de escritório pelo custo-padrão.

67. O Município Audazes dos Pampas possui uma frota de veículos utilizados pelos serviços de limpeza urbana. Ao final do exercício financeiro, a equipe contábil está revisando as estimativas contábeis relacionadas à depreciação desses veículos, conforme exigido pela NBC TSP 07. Eles observaram que, devido a um programa intensivo de manutenção preventiva implementado no último ano, a vida útil esperada de alguns veículos pode ser maior do que a estimada anteriormente. Além disso, o valor que se espera obter com a venda desses veículos ao final de sua vida útil (valor residual) também pode ter se alterado. Diante dessas observações, à luz da NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado e das demais disposições normativas aplicáveis, o município deve:

- a) ajustar a despesa de depreciação do período corrente e dos períodos futuros para refletir as novas estimativas de vida útil e valor residual, tratando a mudança como correção de erro.
- b) manter as estimativas originais de vida útil e valor residual até a baixa do ativo, pois mudanças nas estimativas contábeis não afetam a depreciação já calculada.
- c) ajustar a despesa de depreciação do período corrente e dos períodos futuros para refletir as novas estimativas de vida útil e valor residual, tratando a mudança como mudança de estimativa contábil.
- d) reavaliar os veículos para o seu valor justo, pois a mudança nas estimativas indica que o valor contábil difere materialmente do valor de mercado.
- e) apenas divulgar em notas explicativas que as estimativas de vida útil e valor residual foram revisadas, sem alterar o cálculo da depreciação.

68. Nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conta é a expressão qualitativa e quantitativa de fatos de mesma natureza, que evidencia a composição, variação e estado do patrimônio, bem como de bens, direitos, obrigações e situações nele não compreendidas,

mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo. O Manual destaca que as contas são agrupadas segundo suas funções. As opções a seguir indicam funções das contas, **à exceção de uma**. Assinale-a:

- a) Identificar, classificar e efetuar a escrituração contábil, pelo método das partidas dobradas, dos atos e fatos de gestão, de maneira uniforme e sistematizada.
- b) Determinar os custos das operações do governo.
- c) Acompanhar e controlar a aprovação e a execução do planejamento e do orçamento, evidenciando a receita prevista, lançada, realizada e a realizar, bem como a despesa autorizada, empenhada, liquidada, paga e as dotações disponíveis.
- d) Elaborar os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, de Fluxo de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Resultado Econômico.
- e) Conhecer a composição e situação do patrimônio analisado, por meio da evidenciação de todos os ativos, passivos, receitas e despesas.

69. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando diversas informações. As opções a seguir descrevem informações evidenciadas na estrutura do balanço financeiro, **à exceção de uma**. Assinale-a:

- a) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por natureza.
- b) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária.
- c) as entradas e saídas em caixa e equivalentes de caixa decorrentes de movimentações financeiras.
- d) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários.
- e) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

70. O Município Audazes dos Pampas está preparando seu Balanço Patrimonial para o exercício de 2025. Ao classificar seus ativos e passivos, a equipe contábil se depara com a necessidade de apresentar informações de forma clara e segregada, conforme as exigências da Parte V do MCASP e da Lei nº 4.320/1964. Além da segregação em circulante e não circulante, que é padrão, há outras segregações e quadros específicos exigidos para o Balanço Patrimonial no setor público. Nesse contexto, assinale a opção que apresenta corretamente uma exigência específica para a estrutura do Balanço Patrimonial no setor público, conforme o MCASP:

- a) O Balanço Patrimonial deve apresentar, em seu quadro principal, a segregação dos ativos e passivos em financeiros e permanentes.
- b) O Balanço Patrimonial deve incluir um quadro específico para evidenciar a movimentação financeira do exercício, detalhando as entradas e saídas de caixa.
- c) O Balanço Patrimonial deve apresentar um quadro específico para as contas de compensação, registrando os atos potenciais ativos e passivos.
- d) O Balanço Patrimonial deve evidenciar o resultado patrimonial do exercício, calculado pela diferença entre as variações aumentativas e diminutivas.
- e) O Balanço Patrimonial deve apresentar, em seu quadro principal, a comparação entre a receita prevista e a receita realizada.

CONTROLE EXTERNO*Herbert Almeida*

71. Altair é estudante de direito e estava finalizando o seu trabalho de conclusão de curso. Em suas últimas pesquisas, Altair resolveu aprofundar-se nos entendimentos do Supremo Tribunal Federal acerca das competências dos Tribunais de Contas, concluindo corretamente que:

- a) O Tribunal de Contas pode exercer controle concentrado de constitucionalidade, com natureza extrajudicial.
- b) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, não pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público, em respeito ao princípio da reserva de jurisdição.
- c) O controle de constitucionalidade realizado pelos tribunais de contas pode declarar a inconstitucionalidade de lei federal com efeitos *erga omnes* e vinculantes no âmbito de toda a administração pública.
- d) O Tribunal de Contas pode apreciar a constitucionalidade de atos normativos quando imprescindível para o exercício do controle externo, afastando, incidentalmente, normas cuja aplicação no caso expressaria um resultado inconstitucional, seja por violação patente a dispositivo da Constituição ou por contrariedade à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.
- e) O controle difuso exercido jurisdicionalmente pelo Tribunal de Contas não pode trazer consigo a transcendência dos efeitos, de maneira a afastar incidentalmente a aplicação de uma lei federal, não só para o caso concreto, mas para toda a Administração Pública, extrapolando os efeitos concretos e *interpartes* e tornando-os *erga omnes* e vinculantes.

72. Geraldo está estudando para concurso público para uma empresa pública federal e para um cargo efetivo na administração estadual. Simultaneamente, Geraldo recebeu uma proposta para ocupar cargo em comissão na prefeitura da cidade em que reside. Após analisar as disposições da Constituição Federal sobre o registro de atos de pessoal, Geraldo concluiu corretamente que:

- a) Se fosse admitido para cargo de provimento em comissão, o processo admissional deveria ser enviado ao Tribunal de Contas para fins de registro.
- b) Caso fosse aprovado e contratado no emprego público da empresa pública, a sua futura aposentadoria, quando fosse o caso de ocorrer, deveria ser analisada pelo Tribunal de Contas da União para fins de registro, no prazo de até cinco anos a contar da chegada do processo na Corte de Contas.
- c) A sua admissão como empregado público ficaria sujeita ao registro perante o Tribunal de Contas, mas a sua aposentadoria não seria registrada, uma vez que se trata de benefício concedido pelo regime geral de previdência social.
- d) O Tribunal de Contas não poderia realizar a fiscalização sobre a admissão para cargo de provimento em comissão, nem mesmo em razão de suas competências fiscalizatórias, sancionatórias e corretivas.
- e) Eventual aposentadoria do cargo efetivo, pelo regime próprio de previdência social, deveria ser submetida ao Tribunal de Contas para fins de registro, sendo que o indeferimento do registro deveria observar os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

73. O Tribunal de Contas da União realizou procedimento de fiscalização em contrato administrativo da autarquia federal Alfa. Após a audiência e a oitiva dos responsáveis e interessados, restou comprovada a ilegalidade no contrato administrativo, em virtude de direcionamento da licitação, mas sem comprovação de dano ao erário.

Nesse caso, caberá ao Tribunal, nos termos da Constituição Federal, em decisão de mérito:

- a) representar ao Ministério Público para que adote as providências necessárias, pois não lhe compete expedir determinações sobre contratos.
- b) apenas comunicar o fato ao Congresso Nacional, a quem compete o poder de determinar, de imediato, a correção de contratos.
- c) aplicar sanção ao responsável, expedindo recomendação de correção, simultaneamente com a comunicação ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, mas sem poder expedir determinação de correção em contratos.
- d) converter o processo em tomada de contas especial, para fins de citação dos responsáveis.
- e) fixar prazo para o exato cumprimento da lei.

74. Um Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União foi designado para elaborar uma apresentação sobre as disposições da Declaração de Lima. Em sua apresentação, o servidor deveria manifestar-se sobre as seguintes afirmações:

- 1. As Entidades Fiscalizadoras Superiores auditam as atividades do governo, suas autoridades administrativas e outras instituições subordinadas.
- 2. O governo é pleno e exclusivamente responsável por suas ações e omissões.
- 3. O governo não é subordinado à Entidade Fiscalizadora Superior.

Em suas conclusões, o Auditor Federal de Controle Externo afirmou corretamente que as afirmações:

- a) estavam todas incorretas;
- b) estavam todas corretas;
- c) 1 e 3 estavam corretas, somente;
- d) 2 e 3 estavam corretas, somente;
- e) 1 e 2 estavam corretas, somente.

75. O sistema clássico de repartição de competências defendido pelo Barão de Montesquieu, em O espírito das leis, não atende mais à complexidade da sociedade atual. É inimaginável acreditar que o poder, na sociedade, divida-se apenas em três plexos de competência: legislativo, executivo e judiciário. O sistema atual é muito mais complexo, motivo pelo qual vários Estados acabam instituindo estruturas autônomas, sem subordinação a qualquer dos Poderes clássicos.

Nessa linha, é correto afirmar que o Tribunal de Contas da União:

- a) é órgão subordinado às casas do Poder Legislativo, ainda que não faça parte deste Poder.
- b) compõe o Poder Judiciário, mas goza de características e prerrogativas próprias.
- c) não faz parte da estrutura dos três Poderes, motivo pelo qual as suas decisões formam coisa julgada em sentido estrito.
- d) não compõe o Poder Legislativo, mas as suas decisões estão sujeitas à revisão das casas legislativas, que são titulares do controle externo.
- e) não é subordinado ao Poder Legislativo, exercendo atribuições próprias e privativas, nos termos da Constituição Federal.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Rodrigo Rennó

76. As políticas públicas podem ser compreendidas como um conjunto de decisões governamentais que visam resolver problemas sociais específicos. Considerando a Teoria da Escolha Racional Institucional, qual das alternativas melhor exemplifica a influência das instituições na formulação de políticas públicas?

- a) A elaboração de políticas públicas ocorre exclusivamente por decisões técnicas, sem influência de normas ou regras institucionais.
- b) As políticas públicas são formuladas de forma totalmente livre, desconsiderando os limites impostos pelas estruturas jurídicas vigentes.

c) A definição de políticas públicas leva em conta as restrições e diretrizes estabelecidas pelas instituições legais e sociais, moldando as opções dos atores políticos.

d) As políticas públicas são invariavelmente resultado da vontade individual dos líderes, independentemente das diretrizes institucionais.

e) As instituições exercem um papel marginal na formulação de políticas públicas, tendo sua influência limitada às fases finais do processo decisório.

77. O processo de formulação de políticas públicas é composto por diferentes fases, cada uma desempenhando um papel essencial para o desenvolvimento de ações governamentais que atendam às demandas sociais. Uma dessas fases corresponde à formulação, na qual os problemas identificados são analisados e se propõem estratégias para enfrentá-los.

Com relação à formulação de políticas públicas, assinale a alternativa correta:

- a) A formulação de políticas públicas limita-se à coleta de informações, sem propor estratégias ou planos de ação concretos.
- b) Durante a fase de formulação, as soluções propostas são definidas exclusivamente por especialistas, sem consulta às partes interessadas.
- c) O resultado da fase de formulação é a implementação direta das políticas públicas, sem necessidade de ajustes posteriores.
- d) A formulação de políticas públicas é independente da etapa de definição de problemas, uma vez que se baseia apenas em soluções previamente estabelecidas.
- e) A fase de formulação envolve a seleção de alternativas viáveis para resolver problemas públicos, considerando tanto a viabilidade técnica quanto a aceitação política.

78. A Teoria das Redes de Políticas Públicas emergiu como uma abordagem que busca compreender a complexidade dos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Nesse contexto, as redes de políticas se formam a partir da articulação de diferentes atores sociais e governamentais, promovendo a integração e a cooperação entre setores e instituições diversas.

Sobre a formação e a dinâmica das redes de políticas públicas, assinale a alternativa correta:

- a) As redes de políticas públicas são formadas exclusivamente por órgãos governamentais, excluindo a participação de entidades privadas e organizações da sociedade civil.
- b) A articulação entre diferentes atores nas redes de políticas públicas ocorre de maneira hierárquica, com um órgão central controlando todas as decisões e fluxos de informação.
- c) As redes de políticas públicas promovem articulações horizontais entre atores sociais, governamentais e privados, favorecendo a gestão compartilhada e a coordenação interinstitucional.
- d) A estrutura das redes de políticas públicas é baseada na centralização decisória, garantindo maior controle estatal sobre os processos de implementação.
- e) As redes de políticas públicas têm como característica principal a homogeneidade de interesses, evitando divergências entre os atores envolvidos.

79. As políticas públicas redistributivas desempenham um papel fundamental na promoção da justiça social, uma vez que visam corrigir desigualdades estruturais por meio da transferência de recursos e benefícios entre diferentes grupos sociais. No entanto, a formulação e a implementação dessas políticas frequentemente encontram resistência política e social.

Sobre as características das políticas públicas redistributivas, assinale a alternativa correta:

- a) As políticas redistributivas são formuladas exclusivamente para promover a competitividade econômica, sem considerar a equidade social.
- b) A principal crítica às políticas redistributivas está relacionada ao impacto direto sobre os grupos mais favorecidos, que frequentemente se opõem às mudanças propostas.
- c) A redistribuição de recursos ocorre sempre de maneira universal, sem favorecer grupos específicos da sociedade.
- d) As políticas redistributivas não interferem na renda ou nas condições econômicas dos cidadãos, pois seu foco é exclusivamente normativo.
- e) A aplicação de políticas redistributivas não envolve processos decisórios complexos, uma vez que os objetivos são claros e consensuais.

80. A Teoria dos Jogos é uma abordagem matemática utilizada para analisar situações de conflito ou cooperação entre indivíduos ou grupos que tomam decisões estratégicas. No contexto das políticas públicas, essa teoria permite prever comportamentos e formular estratégias considerando as possíveis reações dos agentes envolvidos.

Com relação à aplicação da Teoria dos Jogos nas políticas públicas, assinale a alternativa correta:

- a) A Teoria dos Jogos parte do pressuposto de que todos os agentes públicos atuam de maneira altruísta, sempre priorizando o bem coletivo.
- b) A aplicação dessa teoria permite que os gestores públicos considerem os impactos das decisões tomadas por diferentes grupos de interesse, analisando as interações estratégicas.
- c) A Teoria dos Jogos é aplicável exclusivamente ao setor privado, pois não considera a complexidade das políticas públicas.
- d) O conceito de equilíbrio de Nash sugere que, no contexto público, todas as decisões são ótimas para todos os envolvidos, independentemente das interações sociais.
- e) A Teoria dos Jogos desconsidera completamente as variáveis políticas e sociais que influenciam a gestão pública.

Discursiva

Durante a apreciação das contas de determinado município do estado X, o TCE desse estado (TCE/X) constatou ilegalidade em determinado contrato de prestação continuada, razão por que assinalou prazo para que a entidade adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Decorrido o prazo estabelecido pelo tribunal, a prática ilegal persistia.

Com base na situação hipotética acima, redija um texto dissertativo respondendo, necessariamente, de forma objetiva e justificada, aos seguintes questionamentos.

- a) O TCE/X poderá sustar diretamente a execução do contrato eivado de vício?
- b) O TCE/X poderá aplicar sanções diretamente aos agentes públicos envolvidos?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
